

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A TOTVS S.A. e suas controladas, (a seguir designada “TOTVS”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1631 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administrativa, financeira, operacional, industrial, recursos humanos e de atendimento a clientes.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TOTVS foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2013.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não resultarem precisamente os totais apresentados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket* médio, *market share*, entre outros, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.23.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da TOTVS, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto.
- (ii) A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.
- (iii) Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.
- (iv) Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.
- (v) A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a

Notas Explicativas

contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

- (vi) Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2012 e 2011, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	Sede	Denominação Utilizada	% de Participação	
			31.12.12	31.12.11
TOTVS Rio Software Ltda.	BRA	TOTVS Rio	100,00	100,00
TOTVS Nordeste Software Ltda.	BRA	TOTVS Nordeste	100,00	100,00
TOTVS Brasília Software Ltda.	BRA	TOTVS Brasília	100,00	100,00
TQTV D Software Ltda.	BRA	TQTV D	100,00	100,00
TOTVS Argentina S.A.	ARG	Microsiga Argentina	100,00	100,00
Datasul Argentina S.A.	ARG	Datasul Argentina	100,00	100,00
TOTVS México S.A.	MEX	Microsiga México	100,00	99,99
Datasul S.A. de CV	MEX	Datasul México	100,00	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV	MEX	Partner (a)	100,00	100,00
EuroTOTVS Ltda.	POR	Eurototvs	100,00	100,00
TOTVS Corporation	USA	Microsiga Corporation	100,00	100,00
Datasul Incorporation	USA	Datasul USA	100,00	100,00
Setware Informática Ltda	BRA	Setware (b)	-	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda	BRA	BCS Comercio (b)	-	100,00
Midbyte Informática S.A.	BRA	Midbyte (b)	-	100,00
TOTVS Serviços em Informática e Consultoria S.A.	BRA	TOTVS Serviços (b)	-	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda	BRA	Gens (b)	-	100,00
Gens Tecnologia e Informática Ltda	BRA	Gens FDES (b)	-	100,00
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A.	BRA	YMF (b)	-	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A.	BRA	Tools (b)	-	100,00
Hery Participações Ltda	BRA	Hery (b)	-	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda	BRA	TotalBanco (b)	-	100,00
TotalBanco Participações S.A.	BRA	TotalBanco Participações (b)	-	100,00
M2S Serviços de Suporte Ltda	BRA	M2S (b)	-	100,00
Mafipa Serviços de Informática Ltda	BRA	Mafipa (b)	-	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda.	BRA	IOSSTS (b)	-	100,00

(a) Participação indireta

(b) Incorporada em 2012

Notas Explicativas

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas. As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionadas à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de recompra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

Notas Explicativas

2.6. Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das Demonstrações Financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 7).

Notas Explicativas

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa a que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Considerações sobre a adoção do método de custo: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e, (v) as taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados (TQTV – desenvolvimento de produtos (vide nota 13.1.b)), não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteiras de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados à combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida

Notas Explicativas

útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 13).

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

2.13. Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.15. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

2.16. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As taxas de descontos utilizadas durante o exercício de 2012 ficaram entre 6,6% e 11,2%, (10,75 % e 12% em 2011). As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: Clientes, Fornecedores, Comissões e Obrigações por Aquisição de Investimentos (todos com vencimentos a longo prazo).

Notas Explicativas

2.19. Capital Social

O capital social da Companhia é composto unicamente por ações ordinárias. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

2.20. Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando todos os itens abaixo são cumulativamente atingidos:

- i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
- iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e,
- v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços de manutenção é composto principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Notas Explicativas

2.21. Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; e
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2,5% e 2%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável

Notas Explicativas

esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Contribuição para o INSS – desoneração da folha de pagamentos

A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das empresas do setor de Tecnologia da Informação, entre outros segmentos, modificando a base de cálculo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços pela alíquota de 2,5% a partir de abril de 2012 e 2,0% a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamento da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, a receita de vendas esta apresentada líquida desse tributo, conforme descrito na nota explicativa número 27. O ajuste efetuado considera os valores apurados desde a data de vigência da referida lei, ou seja, 1º de abril de 2012.

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

2.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

ii) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações, baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga a executivos. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22.

Notas Explicativas

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

(iv) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (vide nota 4).

(v) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável; conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

2.24. IFRS: novas normas e interpretações do IASB

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/IFRIC mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º. de janeiro de 2013 e sua aplicação não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações dessa norma na Companhia são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A companhia não mantém benefícios pós-emprego, benefícios de desligamento ou outros benefícios de longo prazo. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015 e não resultará em impactos na companhia.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013 e não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

. IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013 e não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Combinações de negócios

3.1. Aquisição de controladas

Em 2012 a TOTVS não adquiriu novas participações.

Em 04 de janeiro de 2011 a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENS"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde.

Notas Explicativas

A transação envolve o montante de R\$ 17.810, vide detalhes abaixo:

Empresa	Gens Tecnologia e Informática Ltda
Setor de Atuação	Desenvolvimento de software no segmento saúde.
Data da Aquisição	04/01/2011
Participação Societária Adquirida	100%
Participação da Cia. após a Operação	100%
Valor da Operação	R\$ 17.810
Valor pago	R\$ 5.685
Valor a pagar (a)	R\$ 12.125
Alocação Intangível (carteira de clientes)	R\$1.470
Alocação ágio	R\$16.340

(a) O valor será pago em 5 parcelas com vencimento em 28 de Fevereiro de 2012 à 2016.

3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas

Em 2012 a TOTVS não adquiriu novas participações.

Em 31 de março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. ("TOTALBANCO"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO.

Em 30 de agosto de 2011 a Companhia celebrou contrato de transferência de Ações pelo qual adquiriu 10% do capital Social da TOTVS Argentina S.A e 10% do Capital social da Datasul Argentina S.A. pelo valor total de R\$ 521, passando a deter a totalidade das ações de ambas as Companhias.

Notas Explicativas

3.3. Empresas Incorporadas no exercício

Durante o exercício de 2012, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Data da incorporação	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
IOSSTS		7.524	7.606	447	-	7.159
Mafipa	Março de 2012	-	-	-	-	-
Setware		1.629	1.665	98	26	1.541
M2S		-	-	-	-	-
BCS Comércio		3.090	4.413	43	-	4.370
Gens (FDES)	Maio de 2012	-	-	-	-	-
Midbyte		3.002	3.025	32	-	2.993
TOTVS Serviços		5.982	16.318	259	-	16.059
TotalBanco Participações		-	7.861	-	-	7.861
YMF		39.580	46.738	5.043	570	41.125
Tools	Novembro de 2012	11.705	11.817	744	30	11.043
Hery		5.594	5.782	1.307	-	4.475
Gens		1.450	1.782	85	38	1.659
TotalBanco		12.723	13.119	2.467	-	10.652

Conforme protocolo de incorporação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, 17 de maio de 2012 e 29 de novembro de 2012, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por peritos que emitiram os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido das sociedades com data base de 29 de fevereiro de 2012, 22 de abril de 2012 e 29 de novembro de 2012. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS e TOTVS Nordeste. As controladas Setware e M2s eram controladas indiretas e foram incorporadas pela TOTVS Nordeste.

Em 02 de setembro de 2011, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
RO	6.274	6.593	383	166	6.044
Look	-	-	-	-	-
BCS Sistemas	-	32	-	-	32
BCSFLEX	-	100	-	-	100
HBA	4	4	-	-	4
Datasul Paranaense	6.623	6.770	3	-	6.767
SRC	-	-	-	-	-

Conforme protocolo de incorporação aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2011, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por empresa especializada que emitiu os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido ao valor contábil das sociedades com data

Notas Explicativas

base de 31 de agosto de 2011. As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de agosto de 2011 e a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS.

4. Instrumentos Financeiros e Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe, do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações Financeiras:

	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos até o vencimento		Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Instrumentos Financeiros Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	412.408	287.079	-	-		
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	23.291	57.650		
Contas a Receber, liquidas	329.178	286.643	-	-		
Outros ativos	-	-	24.761	22.830		
Total	741.586	573.722	48.052	80.480		
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	105.467	163.149
Debêntures e prêmio de não conversão	-	-	-	-	130.369	157.111
Valor justo das debêntures	-	-	-	-	12.308	13.477
Contas a pagar e fornecedores	-	-	-	-	100.527	126.666
Outras obrigações	-	-	-	-	4.163	4.991
Total	-	-	-	-	352.834	465.394

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.
- A parcela das debêntures conversíveis tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado, sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Ativos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações Financeiras	-	381.055	-
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos E Financiamentos	-	105.467	-
Debêntures	-	-	130.369
Valor justo das conversões futuras	-	12.308	-

c) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo

Notas Explicativas

valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Durante o exercício de 2012, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (3ª tranche - 15%) em ações da Companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (4ª e última tranche – 15% em 2013). Além do valor justo das conversões futuras, 15% dos 60% passíveis de conversão, a Companhia provisionou os 40% restantes do prêmio de não conversão das debêntures em ações.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	381.055	CDI	7,25%	5,44 %	3,63%
Receita financeira			27.626	20.729	13.832

Notas Explicativas

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES			6.855	8.174	9.492
Taxa sujeita à variação	105.467	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Debêntures	130.369		12.788	13.410	14.032
Taxa/índice sujeitos às variações		IPCA	5,50%	6,87%	8,25%
		TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

d) Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de

Notas Explicativas

vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	26.277	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	42.930	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	1.312	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	13.051	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	51.678	-	-	-
Debêntures	39.395	-	116.274	14.929
Obrigações por aquisição de investimentos	31.477	23.648	8.366	-
Outros passivos	1.840	-	-	-
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos(i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	30.281	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	-	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	4.163	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	19.535	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	52.848	-	-	-
Debêntures	39.395	-	116.274	14.929
Obrigações por aquisição de investimentos	31.625	23.943	8.366	-
Outros passivos	1.354	2.809	-	-

- i. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado, avaliadas com rating de risco de no mínimo BBB.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	247.596	331.599	248.144	333.737
Obrigações por aquisição de investimentos	24.864	63.491	24.864	63.934
(-) Caixa e equivalente de caixa	(398.753)	(221.898)	(412.408)	(287.079)
(-) Títulos e Valores mobiliários	(23.291)	(57.207)	(23.291)	(57.650)
Dívida Líquida	(149.584)	115.985	(162.691)	52.942
Patrimônio Líquido	913.146	749.867	913.146	749.867
Patrimônio Líquido e dívida líquida	763.562	865.852	750.455	802.809

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Disponibilidades	25.732	15.802	31.353	33.169
Equivalentes de caixa	373.021	206.096	381.055	253.910
Operações compromissadas	278.839	132.125	286.474	166.429
CDB	93.672	73.971	94.071	87.034
Fundos DI	510	-	510	447
	398.753	221.898	412.408	287.079

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), compostas de operações de CDB com compromisso de recompra pelo banco, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
YMF Participações	-	2.383	-	2.383
Gens	-	578	-	578
Tech Prod	450	889	450	1.332
Tools	1.711	1.548	1.711	1.548
Datasul MG	2.012	1.802	2.012	1.802
Datasul Saúde MG	641	641	641	641
TotalBanco	1.383	1.900	1.383	1.900
Hery	2.549	3.505	2.549	3.505
ERP Cedente	261	476	261	476
SRC	4.325	32.390	4.325	32.390
Mafipa	1.302	2.614	1.302	2.614
Gens FDES	8.361	7.677	8.361	7.677
Outras	296	804	296	804
	23.291	57.207	23.291	57.650
Ativo circulante	10.168	28.354	10.168	28.502
Ativo não circulante	13.123	28.853	13.123	29.148

7. Contas a receber de clientes

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Mercado interno	344.714	255.288	364.100	305.004
Mercado externo	-	-	9.092	13.451
	344.714	255.288	373.192	318.455
Ativo circulante	306.644	234.837	333.609	295.094
Ativo não circulante	38.070	20.451	39.583	23.361

O contas a receber de clientes “mercado externo” se referem, substancialmente por vendas de suas controladas no exterior na Argentina: R\$ 3.986; México: R\$ 4.508; Portugal: R\$ 532; e, USA R\$66 (Em 2011 Argentina: R\$ 4.430; México: R\$ 8.346; Portugal: R\$ 616 e USA: R\$ 59), convertidos a taxa de final de período.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
A vencer	268.514	206.382	287.946	243.826
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	17.631	11.104	19.208	13.545
de 31 a 60 dias	7.810	3.610	8.243	5.330
de 61 a 90 dias	4.822	2.623	5.760	2.109
de 91 a 180 dias	5.428	7.140	6.189	9.921
de 181 a 360 dias	1.343	2.607	1.786	9.350
mais de 360 dias	-	516	46	2.562
	305.548	233.982	329.178	286.643

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do ano	21.306	16.221	31.812	20.900
Complemento de provisão no exercício	20.787	8.727	23.234	16.145
Valores baixados da provisão:	(2.927)	(3.642)	(11.032)	(5.233)
Saldo em 31 de dezembro	39.166	21.306	44.014	31.812

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imposto de renda retido na fonte	11.357	20.538	12.730	24.578
Contribuição social retida na fonte	3.201	3.039	4.249	4.749
PIS e COFINS retidos na fonte	22	48	91	335
Outros	(587)	(191)	2.436	605
	13.993	23.434	19.506	30.267

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

9.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Lucro antes da tributação	274.112	205.465	288.197	208.452
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(93.198)	(69.858)	(97.987)	(70.874)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	3.176	(2.389)	-	-
Lei 11.196/05 - Incentivo à P & D (a)	18.902	28.633	19.400	29.801
Efeito do lucro presumido em controlada	-	-	(4.328)	(5.169)
Juros sobre o capital próprio	13.668	11.900	13.668	11.900
Participação de administradores	(2.304)	(41)	(2.304)	(82)
Contas a receber consideradas incobráveis	(40)	(205)	(56)	(205)
PAT	1.410	476	1.573	525
Plano de outorga de opções	(3.062)	(3.264)	(3.062)	(3.264)
Ajuste a valor de mercado - Debêntures	(6.282)	(2.312)	(6.282)	(2.312)
Outros	766	498	(1.671)	611
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(66.964)	(36.562)	(81.049)	(39.069)
Taxa efetiva	24,4%	17,8%	28,1%	18,7%

- (a) A atual legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, regulado pela Lei no. 11.196 de 21 de novembro de 2005, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. O tratamento adotado pela sociedade no reconhecimento deste benefício fiscal leva em consideração a regulamentação desta lei ocorrida em agosto de 2011. Determinadas despesas utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social prevista na regulamentação podem ensejar interpretações por parte do contribuinte que podem ser diferentes da entidade arrecadadora. A Administração entende que não existem riscos mais do que possíveis de questionamentos do tratamento fiscal adotado na dedutibilidade das despesas seguindo o benefício fiscal acima mencionado.

Notas Explicativas

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imposto de renda e contribuição social correntes	(78.489)	(26.496)	(89.958)	(41.179)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.525	(10.066)	8.909	2.110
	(66.964)	(36.562)	(81.049)	(39.069)

9.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ATIVO				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Ágio em combinação de negócios	85.033	88.823	86.263	91.287
Provisão para comissões	16.036	14.584	16.237	15.379
Receitas ou faturamento antecipados	4.423	2.045	5.238	4.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.316	7.244	14.025	8.435
Provisão para contingências e outras obrigações	2.166	880	2.166	880
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	16.710	18.030
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	10.897	9.658	10.897	9.658
Ajustes a valor presente	2.387	1.865	2.387	1.865
Outras	7.767	3.599	8.824	3.843
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	142.025	128.698	162.747	154.154
PASSIVO				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Alocação Intangível	103.442	101.688	103.778	103.134
Outras	765	1.224	968	1.652
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	104.207	102.912	104.746	104.786
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Líquido	37.818	25.786	58.001	49.368

A Companhia está apresentando o imposto de renda diferido de forma líquida no ativo não circulante.

Notas Explicativas

9.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração para 31 de dezembro de 2012, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e realizar o passivo não circulante nos seguintes períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	33.999	27.472	35.379	50.464
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	108.026	101.226	127.368	103.690
	142.025	128.698	162.747	154.154
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	33.052	19.683	33.255	20.036
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	71.155	83.229	71.491	84.750
	104.207	102.912	104.746	104.786
Ativo de imposto diferido (líquido)	37.818	25.786	58.001	49.368

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos.

Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de Janeiro	25.786	49.368
Despesa da demonstração do resultado	11.525	8.909
Imposto relacionado com outros resultados abrangentes	(183)	(183)
Incorporação de controlada	685	-
Outros	5	(93)
Em 31 de dezembro	37.818	58.001

10. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, e são eliminadas para fins de consolidação.

Notas Explicativas

10.1. Créditos com empresas ligadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
TOTVS Brasília Software	-	3.741
TOTVS Nordeste Software	2.275	3.935
BCS Comércio	-	36
Hery Software	-	8
Gens	-	3.660
TOTVS Rio Software	-	6.766
Outros	(24)	(24)
	2.251	18.122

Os valores referem-se à contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos. Não ocorreram operações de compra e venda ou prestação de serviços entre empresas controladas ou entre controladas e a controladora. Os créditos são relacionados a operações de mútuo.

10.2. Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 7.079 (R\$ 6.345 em 2011), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 17,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2012 (17,92% em 2011), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 16), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que em 31 de dezembro detinha 3,91% do capital da Companhia (Nota 19).

Notas Explicativas

10.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Benefícios de curto prazo a empregados				
Salários, honorários e bônus variáveis e Encargos				
Sociais	18.026	21.115	18.787	24.048
Previdência privada (Nota 24)	440	573	440	573
Bônus variáveis	6.777	-	6.815	-
	25.243	21.688	26.042	24.621
Pagamentos com base em ações (Nota 22)	9.004	9.599	9.004	9.599
	34.247	31.287	35.046	34.220

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas Explicativas

11. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações Contábeis resumidas das coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2012					Equivalência Patrimonial (controladora) dos períodos findos em:		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio	Receita	Resultado	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
TOTVS Rio	25.642	2.271	23.371	44.719	5.808	5.808	(4.445)	23.371	17.563
TOTVS Argentina	7.680	2.864	4.816	12.552	(4.038)	(4.038)	(3.740)	4.816	4.063
TOTVS México	4.151	5.516	(1.365)	8.842	(4.910)	(4.910)	(9.501)	-	-
TOTVS Corporation	-	-	-	-	4	4	4	-	2.212
TOTVS Nordeste	11.914	3.731	8.183	9.164	(746)	(746)	(872)	8.183	8.929
TOTVS Brasília	6.185	1.254	4.931	11.205	(2.231)	(2.231)	(896)	4.931	599
IOSSTS (a)	-	-	-	6.470	4.159	4.159	3.218	-	6.358
EuroTOTVS RO	260	1	259	37	(1.276)	(1.276)	(2.603)	259	-
Midbyte (a)	-	-	-	2.309	1.066	1.066	2.536	-	5.564
TQTVD	20.734	1.826	18.908	12.214	(3.168)	(3.168)	(8.061)	18.908	17.786
BCS Comércio (a)	-	-	-	1.833	996	996	(1.145)	-	5.752
BCS Sistemas (a)	-	-	-	-	-	-	(42)	-	-
HBA	-	-	-	-	-	-	(28)	-	-
TOTVS Serviços (a)	-	-	-	5.516	(1.245)	(1.245)	(2.638)	-	13.907
Gens (a)	-	-	-	3.762	779	779	2.366	-	880
YMF (a)	-	-	-	44.883	7.215	7.215	9.328	-	33.909
Tools (a)	-	-	-	16.464	4.301	4.301	2.603	-	6.741
DTSL	-	-	-	-	-	-	93	-	-
Datasul México	2.794	1.700	1.094	-	34	34	(116)	1.094	900
Datasul USA	3.216	17	3.199	-	(2.557)	(2.557)	(24)	3.199	1.079
Datasul Argentina	1.228	10	1.218	56	48	48	(317)	1.218	1.334
Hery (a)	-	-	-	12.582	1.620	1.620	417	-	2.856
TotalBanco (a)	-	-	-	18.463	3.484	3.484	2.691	-	7.167
Gens FDES (a)	-	-	-	-	-	-	39	-	-
						9.343	(7.025)	65.979	137.599

(a) Empresas incorporadas durante o exercício de 2012, vide nota 3.3

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
TOTVS México	1.365	1.846
EuroTOTVS	-	102
	1.365	1.948

A Companhia desenvolveu um plano de recuperação de rentabilidade para as operações no México o qual está em fase de implementação.

Notas Explicativas

Referente às operações na Europa a Administração decidiu por encerrar suas operações e passa a administrar seus negócios naquela região por meio de sua estrutura no Brasil

	31.12.2011	Adição	Equivalência Patrimonial	Variação Cambial	Dividendos	Incorporação	Reclassificação	31.12.2012
TOTVS Rio	17.563	-	5.808	-	-	-	-	23.371
TOTVS Nordeste	8.929	-	(746)	-	-	-	-	8.183
TOTVS Argentina	4.063	4.665	(4.038)	126	-	-	-	4.816
TOTVS Corporation	2.212	-	4	184	(2.399)	-	(1)	-
TOTVS Inc.	1.079	4.615	(2.557)	62	-	-	-	3.199
EuroTOTVS	-	-	-	-	-	-	259	259
IOSSTS	6.358	-	4.159	-	(3.358)	(7.159)	-	-
Midbyte	5.564	-	1.066	-	(3.664)	(2.965)	(1)	-
BCS Comércio	5.752	-	996	-	(2.488)	(4.260)	-	-
Datasul Argentina	1.334	-	48	(164)	-	-	-	1.218
YMF	33.909	-	7.215	-	-	(41.124)	-	-
Tools	6.741	-	4.301	-	-	(11.043)	1	-
TQTVD	17.786	4.290	(3.168)	-	-	-	-	18.908
TotalBanco	7.167	-	3.484	-	-	(10.652)	1	-
TOTVS Brasília	599	6.562	(2.231)	-	-	-	1	4.931
Hery	2.856	-	1.620	-	-	(4.475)	(1)	-
TOTVS Serviços	13.907	817	(1.245)	-	-	(13.479)	-	-
Datasul México	900	-	34	160	-	-	-	1.094
Gens	880	-	779	-	-	(1.659)	-	-
Soma Investimentos	137.599	20.949	15.529	368	(11.909)	(96.816)	259	65.979
TOTVS México	(1.846)	5.273	(4.910)	118	-	-	-	(1.365)
EuroTOTVS	(102)	1.595	(1.276)	42	-	-	(259)	-
Soma provisão para perdas	(1.948)	6.868	(6.186)	160	-	-	(259)	(1.365)
Total Investimentos	135.651	27.817	9.343	528	(11.909)	(96.816)	-	64.614

Notas Explicativas

12. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Adições	19.584	1.271	1.562	6.849	6.753	36.019
Baixa	(4.041)	(1.791)	(453)	(707)	(1)	(6.993)
Transferência	(9.775)	1	-	-	(1)	(9.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.065	6.603	7.941	10.482	13.701	91.792
Adições	9.588	3.237	508	1.895	1.803	17.031
Incorporação	5.595	139	738	131	303	6.906
Baixa	(1.979)	(1.909)	(66)	(5)	-	(3.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	66.269	8.070	9.121	12.503	15.807	111.770
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Depreciação no exercício	(8.516)	(1.200)	(632)	(565)	(1.003)	(11.916)
Baixa	3.384	911	357	641	(1)	5.292
Transferência	4.867	(1)	-	-	1	4.867
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(29.814)	(3.303)	(3.365)	(2.605)	(5.419)	(44.506)
Depreciação do exercício	(8.679)	(1.170)	(775)	(1.067)	(952)	(12.643)
Incorporação	(3.951)	(85)	(377)	(23)	(78)	(4.514)
Baixa	2.567	1.007	214	17	49	3.854
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(39.877)	(3.551)	(4.303)	(3.678)	(6.400)	(57.809)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.392	4.519	4.818	8.825	9.407	53.961
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.251	3.300	4.576	7.877	8.282	47.286
Saldos em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% to 10%	

Notas Explicativas

	Consolidado					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Adições	21.892	1.362	1.529	6.029	6.577	37.389
Baixas	(4.289)	(1.876)	(434)	(706)	(1)	(7.306)
Transferências	(10.442)	-	-	1	(2)	(10.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.537	7.331	9.599	10.918	14.557	104.942
Adições	15.961	3.686	1.478	2.102	2.607	25.834
Baixas	(7.707)	(2.209)	(858)	(179)	(305)	(11.258)
Variação cambial	(76)	9	41	-	24	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	70.715	8.817	10.260	12.841	16.883	119.516
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Depreciação do exercício	(10.926)	(1.370)	(831)	133	(1.133)	(14.127)
Baixa	4.007	1.027	416	653	268	6.371
Transferência	5.455	(23)	(70)	12	-	5.374
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(34.857)	(3.687)	(4.254)	(2.737)	(5.614)	(51.149)
Depreciação do exercício	(9.947)	(1.277)	(978)	(1.109)	(1.036)	(14.347)
Baixa	2.648	1.146	266	43	1	4.104
Variação cambial	(132)	7	108	(18)	-	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(42.288)	(3.811)	(4.858)	(3.821)	(6.649)	(61.427)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	28.427	5.006	5.402	9.020	10.234	58.089
Saldos em 31 de dezembro de 2011	27.680	3.644	5.345	8.181	8.943	53.793
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Demonstrações Financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

13. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						Total do
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	Ativo Intangível
Custo ou avaliação							
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896	832.844
Adições	2.252	-	-	8.405	-	16.538	27.195
Baixas	-	-	-	-	(686)	(1)	(687)
Transferências	9.775	-	-	(1)	-	2	9.776
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	169.426	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435	869.128
Adições	5.289	-	-	-	3.000	-	8.289
Incorporação	9.973	1.624	-	3.273	-	-	14.870
Baixas	(2.757)	(462)	-	-	(2.086)	-	(5.305)
Transferências	1	-	-	-	(1)	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	181.932	63.149	83.222	204.316	14.928	339.435	886.982
Amortização							
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.450)	(6.419)	(134.214)	(278.021)
Amortização do exercício	(16.039)	(4.093)	(18.652)	(22.494)	(2.455)	-	(63.733)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(4.867)	1	-	-	(2)	-	(4.868)
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	(58.351)	(14.508)	(63.729)	(66.944)	(8.876)	(134.214)	(346.622)
Amortização do exercício	(18.892)	(4.165)	(14.469)	(22.335)	(2.820)	-	(62.681)
Incorporação	(4.600)	(433)	-	(1.267)	-	-	(6.300)
Baixa	3.072	489	-	-	2.086	-	5.647
Transferência	1	-	-	(1)	1	-	1
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	(78.770)	(18.617)	(78.198)	(90.547)	(9.609)	(134.214)	(409.955)
Valor residual							
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	103.162	44.532	5.024	113.769	5.319	205.221	477.027
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	111.075	47.479	19.493	134.099	5.139	205.221	522.506
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682	554.823
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	10% a 20%		

Notas Explicativas

	Consolidado						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058	882.111
Adições	261	(3)	-	6.331	358	9.964	16.911
Baixas	1.875	(37)	-	(1.046)	(1.024)	(3)	(235)
Transferências	10.443	-	1	(1)	(2)	2	10.443
Saldos em 31 de dezembro de 2011	181.384	63.611	83.222	210.753	29.239	341.021	909.230
Adições	6.022	-	-	800	3.000	-	9.822
Baixas	(3.419)	(521)	-	(800)	(2.086)	-	(6.826)
Variação cambial	(849)	70	-	459	-	-	(320)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	183.138	63.160	83.222	211.212	30.153	341.021	911.906
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)	(288.238)
Amortização do exercício	(16.940)	(4.201)	(18.652)	(23.251)	(5.313)	-	(68.357)
Baixa	(1.654)	4	-	148	-	-	(1.502)
Transferência	(5.374)	-	-	-	(1)	1	(5.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(64.260)	(14.878)	(63.729)	(69.788)	(15.987)	(134.829)	(363.471)
Amortização do exercício	(19.333)	(4.255)	(14.469)	(23.223)	(5.601)	-	(66.881)
Baixa	3.072	521	-	-	2.086	-	5.679
Variação cambial	589	(5)	-	(261)	-	-	323
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(79.932)	(18.617)	(78.198)	(93.272)	(19.502)	(134.829)	(424.350)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.206	44.543	5.024	117.940	10.651	206.192	487.556
Saldos em 31 de dezembro de 2011	117.124	48.733	19.493	140.965	13.252	206.192	545.759
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228	593.873
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8,00%	20% a 50%	10% a 12,5%	10% a 20%		

Notas Explicativas

13.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

Não houve movimentação em ágios no exercício de 2012. A composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e a movimentação no exercício de 2011 são apresentadas conforme segue:

Incorporada	31.12.10	Adições	Reavaliações	31.12.11	31.12.12
RM	90.992	-	-	90.992	90.992
Logo Center	5.703	-	-	5.703	5.703
TOTVS BMI	2.053	-	-	2.053	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	1.765
IOSSTS	2.643	-	-	2.643	2.643
BCS	11.821	-	-	11.821	11.821
Datasul	30.084	-	-	30.084	30.084
Setware	961	-	-	961	961
Hery	2.927	-	-	2.927	2.927
TotalBanco (b)	7.523	-	(1.515)	6.008	6.008
M2S	12	-	-	12	12
SRC	33.688	-	-	33.688	33.688
Mafipa (b)	6.056	-	(4.861)	1.195	1.195
Gens FDES (a)	-	16.340	-	16.340	16.340
	<u>196.228</u>	<u>16.340</u>	<u>(6.376)</u>	<u>206.192</u>	<u>206.192</u>

(a) Combinação de negócios 2011;

(b) Empresa adquirida no final de 2010 com alocação de intangíveis no exercício de 2011

Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de reposição. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foram utilizadas as taxas de 6,25% a 14,32% a.a. (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

A coluna “**Outros**” na tabela de movimentação dos Intangíveis é composta basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

Notas Explicativas

a) *Direitos de exploração de áreas*

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

b) *Desenvolvimento de novos produtos*

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software “Ginga TQTV D” que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital.

Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. (“Quality”) objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTV D”, que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TQTV D Software Ltda. (“TQTV D”). Em janeiro de 2009 a participação da TOTVS no capital da TQTV D foi reduzida para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parceira da TOTVS nesse empreendimento no desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTV D.

13.2. Análise do valor recuperável de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa,

Notas Explicativas

conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2012, além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 6,25% a 14,32% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas – As receitas foram projetadas entre 2013 e 2017 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

Notas Explicativas

14. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	18.666	8.687	19.694	10.578
Plano de previdência a pagar	602	618	623	651
Férias a pagar	39.108	34.790	41.922	40.948
PLR e Bônus	18.259	1.299	18.264	1.317
Outros	2.718	5.957	4.668	8.371
	79.353	51.351	85.171	61.865
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	3.107	2.409	3.325	2.881
INSS a pagar	6.179	7.032	6.576	8.239
	9.286	9.441	9.901	11.120
	88.639	60.792	95.072	72.985

15. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
BNDDES (a)	104.495	157.956	104.495	157.956
FINEP (b)	424	2.886	424	2.886
Contas garantidas e outras	-	-	548	2.126
	104.919	160.842	105.467	162.968
Passivo circulante	53.851	58.043	54.399	58.999
Passivo não circulante	51.068	102.799	51.068	103.969

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	51.678	-	52.848
2014	51.068	51.121	51.068	51.121
Passivo não circulante	51.068	102.799	51.068	103.969

Notas Explicativas

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do ano	160.842	215.519	162.968	218.259
Juros Incorridos	7.455	10.889	6.973	11.946
Amortizações	(63.378)	(65.566)	(64.474)	(67.237)
Saldo no final do ano	104.919	160.842	105.467	162.968

a) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$ 204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT.

Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$ 160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008.

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

b) Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

16. Debêntures

a) Descrição da operação

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Notas Explicativas

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia (“Debêntures”); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As Units terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – (“Bovespa”) e apurado na data de aniversário das Units, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 (“período base”), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010 (já convertida), em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011 (já convertida), até 45% em 2012 (já convertida), e até 60 % em 2013.

O preço de conversão, caso essa ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem a partir de 2012, reduzindo-se para 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante a

Notas Explicativas

esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% dos títulos caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%. O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

b) Cláusula de “não conversão das debêntures”

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contados a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

c) Saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros Anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado	
				31.12.12	31.12.11
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	55.313	71.091
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	55.313	71.091
		Subtotal		110.626	142.182
		Prêmio por não conversão		19.743	14.929
		Valor justo de conversões futuras		12.308	13.477
		Total		142.677	170.588
		Passivo circulante		42.930	39.385
		Passivo não circulante		99.747	131.203

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Notas Explicativas

O valor do montante de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	31.12.12	31.12.11
Agosto de 2014	-	36.273
Agosto de 2015	32.002	32.000
Agosto de 2016	48.002	48.001
Fevereiro de 2017 em diante	19.743	14.929
	99.747	131.203

O movimentação nos períodos considerados ocorreu como demonstrado abaixo:

Debêntures e Prêmio de Não Conversão

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do ano	157.111	183.527
Juros Incorridos	13.896	16.554
Amortizações	(40.638)	(42.970)
Saldo no final do ano	130.369	157.111

Valor justo de conversões futuras

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do ano	13.477	14.423
Atualização a valor de mercado	17.311	5.324
Reversões	(18.480)	(6.270)
Saldo no final do ano	12.308	13.477

d) Conversão de debêntures

Primeira conversão (2010)

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio ponderado dos últimos 360 dias das ações da Companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996 mediante a amortização desse valor no saldo principal (*Units*) das debêntures (vide nota 16a).

Notas Explicativas

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a Companhia registrou, em 19 de agosto de 2010, um deságio na emissão de ações que totalizou R\$ 7.448 que foi registrado como despesa financeira no exercício desde o momento que a probabilidade de conversão se tornou provável.

Segunda conversão (2011)

Em 19 de agosto de 2011 o preço médio ponderado dos últimos 360 dias das ações da Companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 30% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 1.389.191 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 21,596713 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 30.002 mediante a amortização desse valor no saldo principal (*Units*) das debêntures (vide nota 16a).

Terceira conversão de debêntures (2012)

Em 19 de agosto de 2012 o preço médio ponderado dos últimos 360 dias das ações da Companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 45% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 1.267.849 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 23,66052 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.998 mediante a amortização desse valor no saldo principal (*Units*) das debêntures (vide nota 16a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a Companhia registrou, em 19 de agosto de 2011, um deságio na emissão de ações que totalizou R\$ 6.270 que foi registrado como despesa financeira desde o momento que a probabilidade de conversão se tornou provável.

O saldo que permanecia no passivo até a ocorrência da conversão foi transferido para uma conta patrimonial totalizando R\$ 12.308 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.477 em 2011).

e) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido após a avaliação da provável conversão de opção em ações da

Notas Explicativas

Companhia em todas as tranches com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("*strike price*") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para avaliação da transação e também os valores reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um passivo de R\$ 12.308 relacionado as tranches não exercidas(R\$ 13.477 em 2011), que tem como contrapartida o resultado financeiro.

Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa dos montantes que foi contabilizada poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

17. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
YMF (a)	-	2.450	-	2.450
Tools (a)	1.711	1.577	1.711	1.577
Gens (a)	-	588	-	588
Techprod (a)	450	905	450	905
Techserv (a)	296	-	296	443
TotalBanco	1.383	1.977	1.383	1.977
Hery	2.549	3.612	2.549	3.612
Datasul MG	2.012	1.876	2.012	1.876
Datasul Saúde MG	641	641	641	641
ERP Cedente	261	481	261	481
TQTV D	380	4.836	380	4.836
SRC	4.325	33.214	4.325	33.214
Mafipa	1.302	2.668	1.302	2.668
Gens FDES	8.954	8.407	8.954	8.407
Outras (a)	600	259	600	259
Total	24.864	63.491	24.864	63.934
Passivo circulante	11.399	31.477	11.399	31.625
Passivo não circulante	13.465	32.014	13.465	32.309

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

Notas Explicativas

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	18.070	-	18.365
2014	4.763	5.578	4.763	5.578
2015	3.526	3.835	3.526	3.835
2016	5.176	4.531	5.176	4.531
Passivo não circulante	13.465	32.014	13.465	32.309

Os valores registrados no passivo não circulante são ajustados a valor presente pela taxa de 11,2% a.a. em 2012 (11% em 2011)

18. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a) Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Tributárias	687	686
Civil	958	621
Trabalhistas	4.725	1.281
	6.370	2.588

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Notas Explicativas

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	545	3.603	1.728	5.876
(+) Complemento de provisões	18	124	551	693
(+) Atualização monetária	123	512	130	765
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(2.958)	(1.788)	(4.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686	1.281	621	2.588
(+) Complemento de provisões	-	3.201	316	3.517
(+) Atualização monetária	1	243	21	265
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	687	4.725	958	6.370

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados na Companhia de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Previdenciárias	2.575	3.470
Tributárias	1.956	792
Trabalhistas	2.689	197
Cíveis	611	-
	7.831	4.459

Detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

Tributárias

A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão reconhecida para essas demandas judiciais totalizam R\$533 (R\$ 465 em 2011), e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2012 totalizam R\$ 870 (R\$ 771 em 2011).

Cíveis

Notas Explicativas

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de R\$ 958 (R\$ 621 em 2011).

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$ 4.725 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.281 em 2011).

b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Previdenciárias	17.935	17.218
Tributárias	20.018	21.146
Cíveis	52.841	37.000
Trabalhistas	8.466	8.997
	99.260	84.361

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

Previdenciárias

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexigibilidade da NFLD, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$ 3.862 (R\$ 9.014 até 31 de dezembro de 2012 e R\$ 8.762 atualizados até 31 de dezembro de 2011). A referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau.

Em 28 de junho de 2010, foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 6.382 atualizados até 31 de dezembro de

Notas Explicativas

2012 e R\$ 6.031 em 2011) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$ 3.628 (R\$ 5.123 atualizado até 31 de dezembro de 2012, R\$ 4.869 em 2011), relativos a questionamentos por ter-se deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativas ao período de 1996 a 2000, no valor inicial de R\$ 804 (R\$ 7.297 atualizados até 31 de dezembro de 2012 e R\$ 6.847 em 2011). As autuações foram mantidas na esfera administrativa, uma vez que a Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível referem-se principalmente a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços de implantação dos sistemas adquiridos. O valor dessas ações totalizam R\$ 52.841 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 37.000 em 2011) e os recursos necessários já impetrados pela Companhia.

c) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

19. Patrimônio líquido

Notas Explicativas

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era composto por 161.629.945 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (159.466.791 em 2011), conforme demonstrado abaixo:

Acionista	31.12.12		31.12.11	
	Ações	%	Ações	%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A	26.760.990	16,56%	26.760.990	16,78%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	16.042.359	9,93%	14.520.987	9,11%
BlackRock Inc.	8.102.220	5,01%	8.408.600	5,27%
BNDES Participações S/A	6.319.048	3,91%	8.344.447	5,23%
Laércio José de Lucena Cosentino	1.766.265	1,09%	1.580.180	0,99%
Ernesto Mário Haberkorn	16.810	0,01%	16.810	0,01%
CSHG Senta Pua Fia	43.500	0,03%	43.500	0,03%
Outros	102.578.753	63,47%	99.791.277	62,58%
Total	161.629.945	100,00%	159.466.791	100,00%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 540.000. Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da Companhia, em 19 de agosto de 2012, o conselho de Administração da TOTVS aprovou a emissão de 1.267.849 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 23,66052 por ação, com consequente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.998.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram compostos da seguinte forma:

	31.12.12	31.12.11
Reserva de ágio (a)	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo) (nota 16)	32.198	13.718
Plano de outorga de ações (nota 22)	25.674	16.670
	103.759	76.275

Notas Explicativas

(a) A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para:

- i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- ii) resgate, reembolso ou compra de ações;
- iii) resgate de partes beneficiárias;
- iv) incorporação ao capital social; ou
- v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) *Reserva legal*

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

20. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 20 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 40.200 (R\$ 35.000 em 2011), a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
Lucro líquido do exercício da controladora	207.148	168.903
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(10.357)	(8.445)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	196.791	160.458
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	49.198	40.115
Dividendos adicionais propostos pela Administração	68.803	59.396
Dividendos propostos pela Administração	118.001	99.511
Forma de pagamento:		
Juros sobre o capital próprio	40.200	35.000
Dividendos	77.801	64.511

Notas Explicativas

	118.001	99.511
Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido:		
Dividendos referentes ao exercício anterior	(59.396)	(54.285)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	49.198	40.115
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	(10.198)	(14.170)
 Quantidade de ações em 31 de dezembro	 161.629.945	 159.466.791
 Dividendo e juros sobre o capital próprio por ação – em reais	 0,73	 0,62

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 49.681 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 40.470 em 2011) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração do patrimônio líquido.

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2012 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$ 250.030 (R\$ 171.240 em 2011), para as aplicações demonstradas abaixo:

<u>Aplicações:</u>	31.12.12	31.12.11
Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento.	424.379	348.988
Total das aplicações	424.379	348.988
 <u>Fontes:</u>		
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro	250.027	171.240
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais do próximo ano (não auditado)	174.352	177.748
Total das fontes	424.379	348.988

21. Cobertura de seguros

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Itaú Seguros S.A.	13/6/2012	13/6/2013	50.000	149.770
Responsabilidade Civil Geral	Itaú Seguros S.A.	13/6/2012	13/6/2013	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2012	7/1/2013	1.150 /por veículo	Tabela FIPE (*)

(*) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

22. Plano de outorga de opção de ações

O Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia tem por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores da TOTVS ou de outras sociedades sob o seu controle possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de Opção de compra Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de “Programa de Sócios”, que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, cabendo-lhe definir (i) os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios; (ii) o número total de opções de cada tipo, observado o disposto na Cláusula 5ª abaixo, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente; (iii) as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de

Notas Explicativas

Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário; (iv) a forma e o prazo de pagamento do preço de exercício das opções.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. Os principais eventos relacionados aos planos, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Nº	Data	Quantidade de opções (*)	Outorgas		Premissas valor justo			
			Preço de exercício (*)	Precificação de Opções (*)	Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo Maturidade
					Dividendos	Volatilidade		
1ª	30.01.08	1.350.285	R\$ 9,23	3,17	2,40%	37,94%	11,75%	3 anos
2ª	22.01.09	912.775	R\$ 7,21	2,24	3,30%	38,54%	11,25%	3 anos
3ª	22.01.10	1.776.575	R\$ 23,36	7,96	1,97%	37,37%	10,75%	3 anos
4ª	30.11.10	1.854.210	R\$ 30,38	13,29 e 14,85	2,00%	37,37%	10,75%	2 a 4 anos
5ª	12.08.12	500.000	R\$ 25,67	7,41, 8,98 e 10,23	2,00%	34,60%	10,75%	2 a 4 anos
6ª	13.02.12	50.000	R\$ 30,47	10,83	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos
7ª	01.06.12	40.000	R\$ 35,00	12,00	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

A movimentação das opções no período é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Quantidade	Custo Médio (R\$)	Quantidade	Custo Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	4.091.480	8,86	5.190.780	8,35
Movimentações:				
Exercidas	(882.020)	2,46	(779.380)	3,17
Concedidas	90.000	11,35	500.000	9,46
Canceladas	(159.805)	10,03	(819.920)	11,47
Saldo de opções de compras no fim do exercício	3.139.655	10,67	4.091.480	8,86

Em 31 de dezembro de 2012 existiam 119.530 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 1ª outorga.

Notas Explicativas

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.004 (R\$ 9.599 em 31 de dezembro de 2011), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

23. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	24.234	23.060	27.343	27.215
Variação monetária ativa	74	1.600	542	2.213
Descontos Obtidos	7.830	3.497	7.830	3.497
Ajuste a valor de mercado	3.145	2.891	3.145	2.891
Juro Recebido	4.517	2.805	4.517	2.805
Outras receitas financeiras	899	465	2.038	1.906
	40.699	34.318	45.415	40.527
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(21.539)	(33.053)	(21.946)	(33.477)
Variação monetária passiva	(29)	(552)	(408)	(1.103)
Comissões e Despesas bancárias	(3.356)	(5.372)	(3.603)	(5.835)
Prêmio de não conversão	(3.645)	(4.387)	(3.645)	(4.387)
Descontos Concedidos	(3.790)	(2.924)	(3.790)	(2.924)
Ajuste a valor mercado - Debêntures	(18.477)	(6.801)	(18.477)	(6.801)
Outras despesas financeiras	(966)	(2.471)	(2.169)	(3.747)
	(51.802)	(55.560)	(54.038)	(58.274)
Financeiras líquidas	(11.103)	(21.242)	(8.623)	(17.747)

24. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia oferece o “Programa de Previdência Complementar “TOTVS”, administradas pelo Itaú Vida e Previdência, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e

Notas Explicativas

pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de diretores estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

25. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Controladora e Consolidado		
	31.12.12	31.12.11
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	207.148	169.383
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	160.563	158.073
Resultado básico por ação	R\$1,29	R\$1,07

Notas Explicativas

	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	207.148	169.383
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	160.563	158.073
Média ponderada de número de opções de Ações	3.392	4.761
Média ponderada de número de debêntures conversíveis	1.944	3.336
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	165.899	166.170
Resultado diluído por ação	R\$1,25	R\$1,02

26. Despesas por Natureza

Em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) (aprovado pela Deliberação CVM nº 595 – Apresentação das Demonstrações Financeiras), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Insumos	390.661	329.869	480.154	441.549
Pessoal	407.605	286.644	473.051	377.649
Depreciação e amortização	75.324	75.649	81.228	82.484
Aluguéis	19.785	17.784	21.794	19.815
PDD	20.787	8.727	23.234	16.145
Outras	31.542	98.204	37.695	115.319
Total	945.704	816.877	1.117.156	1.052.961

27. Receita Bruta de vendas

Em cumprimento a legislação societária brasileira (art. 187 da lei 6.404/76) a Companhia apresenta a seguir a Receita Bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Receita bruta	1.330.918	1.139.449	1.539.108	1.386.802
Taxas de licenciamento	294.207	256.419	357.789	328.877

Notas Explicativas

Serviços	328.633	253.705	455.211	408.545
Manutenção	708.078	629.325	726.108	649.380
Deduções	(109.342)	(88.837)	(125.132)	(107.642)
Cancelamentos	(180)	(17.353)	(1.964)	(19.456)
Impostos incidentes sobre vendas	(109.162)	(71.484)	(123.168)	(88.186)
PIS / COFINS / ISS	(88.239)	(71.484)	(99.733)	(88.186)
INSS	(20.923)	-	(23.435)	-
Receita Líquida	1.221.576	1.050.612	1.413.976	1.279.160

As vendas acumuladas no exercício referente as operações no México e Argentina totalizam R\$ 21.450 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 16.946 em 2011).

28. Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral TOTVS Brasília Software Ltda., 100% do capital social da W&D PARTICIPAÇÕES S.A., detentora das empresas PC SISTEMAS S.A. e PC INFORMÁTICA S.A. (em conjunto "PC Sistemas"), pelo valor de R\$ 80.000 podendo chegar a um valor máximo de R\$ 95.000, vinculado ao cumprimento, pelas empresas adquiridas, de certas metas operacionais e financeiras estabelecidas pela Companhia. Esta transação reforça o posicionamento da Companhia neste segmento, agregando ao seu portfolio soluções que integram tanto o mercado de distribuidores e atacados quanto o de varejo, inclusive o chamado setor de "atacarejo".

A empresa adquirida teve faturamento líquido de aproximadamente R\$ 52.000 em 2012. As práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como as IFRSs, requerem a divulgação de certas informações para as aquisições de controle em investidas (combinação de negócios) ocorridas entre a data de encerramento das demonstrações financeiras e a data de sua autorização para uso, tais como: (i) considerações específicas sobre a combinação de negócios; (ii) valor justo dos ativos e passivos identificáveis na transação e (iii) ágio ou ganhos apurados na operação. Diante da proximidade das datas de conclusão da transação e da autorização para o uso das demonstrações financeiras, não foi praticável o levantamento de tais informações, as quais serão divulgadas quando da apresentação das informações financeiras trimestrais da Companhia.